Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

ERRATA I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026

(Processo Administrativo n° 21789/2026)
ID CONTRATAÇÃO – COMPRASGOV - 1025/2026

Em atenção à impugnação apresentada pela empresa Orthonews Cirúrgicos e Ortopédicos, referente ao Pregão Eletrônico nº 90046/2026, informamos que a Secretaria Municipal de Educação, após reavaliação do agrupamento dos itens, decidiu acatar o pedido de desmembramento dos itens 24 e 29, referentes à fórmula infantil e o leite em pó integral.

Embora a formação dos lotes tenha sido realizada considerando a similaridade dos produtos, a logística de fornecimento e a busca pela economicidade, entendemos que a separação desses itens poderá ampliar a competitividade, possibilitando a participação de fornecedores especializados.

Onde se lê:

ITEM	QUANT.	UNID	CATMAT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
LOTE 02 - Leites e Derivados;						
23	360	UNID	446534	**CREME DE LEITE -** Creme de leite: UHT, homogeneizado. Embalagem tetra brik de 200 gramas, devendo conter dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de fabricação e validade, de acordo com as legislações de rotulagem vigentes.	R$ 5,42	R$ 1.951,20
24	1200	UND	453663	**FÓRMULA INFANTIL DE 6 A 12 MESES** - Fórmula infantil em pó com prebióticos, DHA e ARA nucleotídeos . Embalados em latas de alumínio de 800 g do produto e reembalados em caixas de papelão. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto.	R$ 93,10	R$ 111.720,00
25	360	UNID	464016	**LEITE CONDENSADO -** Leite condensado obtido pela desidratação parcial do leite, adicionado de açúcar, apresentando consistência cremosa, homogênea e de elevada qualidade sensorial, produzido a partir de leite de boa procedência e dentro dos padrões higiênico-sanitários exigidos pela legislação vigente. O produto deverá apresentar coloração branco-amarelada uniforme, textura cremosa e fluida, sem grumos, talhamento, cristalização excessiva ou separação de fases, com sabor e odor característicos, agradáveis e livres de sabores ou odores estranhos. Sem gluten. Acondicionado em embalagem de 395 g. Deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto .	R$ 7,84	R$ 2.822,40
	60	UNID	464015	**LEITE CONDENSADO ZERO LACTOSE -** Para dietas com restrição de lactose. Leite condensado zero lactose obtido pela desidratação parcial do leite com adição de açúcar e tratamento enzimático para	R$ 10,63	R$ 637,80

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

26				eliminação da lactose, apresentando consistência cremosa, homogênea e elevada qualidade sensorial, adequado para dietas com restrição de lactose, conforme legislação vigente. O produto deverá apresentar coloração branco-amarelada uniforme, textura cremosa e fluida, sem grumos, talhamento, cristalização excessiva ou separação de fases, com sabor e odor característicos, agradáveis e livres de sabores ou odores estranhos. Sem gluten. Acondicionado em embalagem de 395 gramas. Deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto.		
27	1000	UNID	464010	**LEITE DE COCO** - Leite de coco para uso culinário, de origem vegetal, obtido da emulsão aquosa extraída da polpa do coco maduro, apresentando aspecto homogêneo, coloração branca característica, aroma e sabor próprios, produzido com matéria-prima de boa qualidade e dentro dos padrões higiênico-sanitários exigidos pela legislação vigente. O produto deverá apresentar consistência cremosa e uniforme, sem separação excessiva de fases, talhamento ou presença de partículas estranhas, sendo isento de sujidades, fermentação, ranço, odores inadequados e quaisquer contaminantes físicos, químicos ou biológicos que comprometam a qualidade e segurança alimentar. Sem traços de glúten, ovo, ou leite. Embalagem de 200ml contendo marca do fabricante, informação nutricional e prazo de validade.	R$ 6,50	R$ 6.500,00
28	20	UNID	446021	**LEITE EM PÓ DESNATADO** - Leite em pó desnatado, com redução de gorduras. Composto apenas por leite desnatado em pó, sem conservantes e outros aditivos, podendo conter apenas a adição de vitaminas e minerais. Sem gluten. Pacote laminado contendo 200 gramas do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto número de registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF.	R$ 14,20	R$ 284,00
29	16000	UNID	216683	**LEITE EM PÓ INTEGRAL** - Leite em pó integral. Composto apenas por leite integral em pó, sem conservantes e outros aditivos químicos, podendo conter apenas a adição de vitaminas e minerais. Sem glúten. Pacote laminado contendo 400 gramas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto número de registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF.	R$ 18,99	R$ 303.840,00
30	39000	UNID	445995	**LEITE INTEGRAL -** Leite UHT integral, homogêneo, submetido a processo de ultra alta temperatura, obtido exclusivamente de leite bovino fresco e de boa qualidade, apresentando composição nutricional e características sensoriais adequadas. O produto deverá apresentar coloração branca opaca uniforme, sabor e odor característicos, textura fluida e homogênea, sem presença de grumos, talhamento, sedimentações anormais, sabores estranhos ou sinais de deterioração. Acondicionado em embalagem tetra pak. A embalagem deverá conter dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Unidade de fornecimento: embalagem de 1 litro. Embalagem secundária: caixa, resistente, suportando o transporte sem perder sua integridade, totalizando peso líquido de 12 litros.	R$ 6,57	R$ 256.230,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

Leia-se:

ITEM	QUANT.	UNID	CATMAT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
LOTE 02 - Leites e Derivados;						
23	360	UNID	446534	**CREME DE LEITE -** Creme de leite: UHT, homogeneizado. Embalagem tetra brik de 200 gramas, devendo conter dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de fabricação e validade, de acordo com as legislações de rotulagem vigentes.	R$ 5,42	R$ 1.951,20
25	360	UNID	464016	**LEITE CONDENSADO -** Leite condensado obtido pela desidratação parcial do leite, adicionado de açúcar, apresentando consistência cremosa, homogênea e de elevada qualidade sensorial, produzido a partir de leite de boa procedência e dentro dos padrões higiênico-sanitários exigidos pela legislação vigente. O produto deverá apresentar coloração branco-amarelada uniforme, textura cremosa e fluida, sem grumos, talhamento, cristalização excessiva ou separação de fases, com sabor e odor característicos, agradáveis e livres de sabores ou odores estranhos. Sem gluten. Acondicionado em embalagem de 395 g. Deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto .	R$ 7,84	R$ 2.822,40
26	60	UNID	464015	**LEITE CONDENSADO ZERO LACTOSE -** Para dietas com restrição de lactose. Leite condensado zero lactose obtido pela desidratação parcial do leite com adição de açúcar e tratamento enzimático para eliminação da lactose, apresentando consistência cremosa, homogênea e elevada qualidade sensorial, adequado para dietas com restrição de lactose, conforme legislação vigente. O produto deverá apresentar coloração branco-amarelada uniforme, textura cremosa e fluida, sem grumos, talhamento, cristalização excessiva ou separação de fases, com sabor e odor característicos, agradáveis e livres de sabores ou odores estranhos. Sem gluten. Acondicionado em embalagem de 395 gramas. Deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto.	R$ 10,63	R$ 637,80
27	1000	UNID	464010	**LEITE DE COCO** - Leite de coco para uso culinário, de origem vegetal, obtido da emulsão aquosa extraída da polpa do coco maduro, apresentando aspecto homogêneo, coloração branca característica, aroma e sabor próprios, produzido com matéria-prima de boa qualidade e dentro dos padrões higiênico-sanitários exigidos pela legislação vigente. O produto deverá apresentar consistência cremosa e uniforme, sem separação excessiva de fases, talhamento ou presença de partículas estranhas, sendo isento de sujidades, fermentação, ranço, odores inadequados e quaisquer contaminantes físicos, químicos ou biológicos que comprometam a qualidade e segurança alimentar. Sem traços de glúten, ovo, ou leite. Embalagem de 200ml contendo marca do fabricante, informação nutricional e prazo de validade.	R$ 6,50	R$ 6.500,00
28	20	UNID	446021	**LEITE EM PÓ DESNATADO** - Leite em pó desnatado, com redução de gorduras. Composto apenas por leite desnatado em pó, sem conservantes e outros aditivos, podendo conter apenas a adição de vitaminas e minerais. Sem gluten. Pacote laminado contendo 200 gramas do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto número de registro no Ministério da	R$ 14,20	R$ 284,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

				Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF.		
30	39000	UNID	445995	**LEITE INTEGRAL -** Leite UHT integral, homogêneo, submetido a processo de ultra alta temperatura, obtido exclusivamente de leite bovino fresco e de boa qualidade, apresentando composição nutricional e características sensoriais adequadas. O produto deverá apresentar coloração branca opaca uniforme, sabor e odor característicos, textura fluida e homogênea, sem presença de grumos, talhamento, sedimentações anormais, sabores estranhos ou sinais de deterioração. Acondicionado em embalagem tetra pak. A embalagem deverá conter dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Unidade de fornecimento: embalagem de 1 litro. Embalagem secundária: caixa, resistente, suportando o transporte sem perder sua integridade, totalizando peso líquido de 12 litros.	R$ 6,57	R$ 256.230,00

Portanto, acrescenta-se o Lote 06.

ITEM	QUANT.	UNID	CATMAT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
LOTE 06- Fórmula e Leite pó integral						
24	1200	UND	453663	**FÓRMULA INFANTIL DE 6 A 12 MESES -** Fórmula infantil em pó com prebióticos, DHA e ARA nucleotídeos . Embalados em latas de alumínio de 800 g do produto e reembalados em caixas de papelão. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto.	R$ 93,10	R$ 111.720,00
29	16000	UNID	216683	**LEITE EM PÓ INTEGRAL** - Leite em pó integral. Composto apenas por leite integral em pó, sem conservantes e outros aditivos químicos, podendo conter apenas a adição de vitaminas e minerais. Sem glúten. Pacote laminado contendo 400 gramas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto número de registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF.	R$ 18,99	R$ 303.840,00

A data do certame fica alterada para 25/11/2026 às 13:00 horas.

Todas as demais condições do edital e seus anexos, permanecem inalteradas.

Itabirito, 03 de novembro de 2026.

Assinado eletronicamente por:
PAULA REJANE FERREIRA DE SOUZA
***.704.326-**
Assinatura digital avançada.

Paula Rejane Ferreira de Souza
Agente Administrativa
Matrícula 43.343

Assinado eletronicamente por:
MARINA PEDROSA NIQUINI
***.368.176-**
Assinatura digital avançada.

Marina Pedrosa Niquini
Diretora Depto de Licitações e Contratos
Matrícula 45.560

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

PREGÃO ELETRÔNICO

90046/2026 - PA 21.789/2026

ID CONTRATAÇÃO COMPRASGOV: 1025/2026

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (984637)

OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gêneros alimentícios, para as demandas da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$3.177.461,45 (Três milhões cento e setenta e sete mil quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **25/11/2026** às **13h (horário de Brasília)**

PORTAL ELETRÔNICO

COMPRAS.GOV.BR disponível em: https://www.gov.br/compras/pt-br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

<table>
<tr><td colspan="3">EDITAL</td></tr>
<tr><td>Pregão Eletrônico nº 90046/2026

Processo n° 21.789/2026</td><td colspan="2">Data de abertura: 25/11/2026 às 13:00hrs no sítio www.compras.gov.br</td></tr>
<tr><td colspan="2">Objeto: “Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gêneros alimentícios, para as demandas da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.”</td><td>Modo de Disputa:
☒ Aberto
☐ Aberto e Fechado</td></tr>
<tr><td>Valor total estimado:R$3.177.461,45 (Três milhões cento e setenta e sete mil quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos)</td><td>Exclusiva ME/EPP?
☐ Sim ☒ Não ☐Misto</td><td>Amostra/Demonstração?
☐ Sim ☒ Não</td></tr>
<tr><td>Prazo para envio da proposta/documentação:
Até dia 25/11/2026</td><td>Decreto 7.174?
☐ Sim ☒ Não</td><td>Vistoria?
☐ Obrigatória
☐ Facultativa
☒ Não se aplica</td></tr>
<tr><td>Pedidos de esclarecimentos:
Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, pelo e-mail: licitacao@pmi.mg.gov.br</td><td colspan="2">Impugnações:
Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, pelo e-mail: licitacao@pmi.mg.gov.br</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Prazos para Envio:
Resposta da Negociação: Até 30 minutos
Proposta Ajustada: Até 2 horas
Documentos de Habilitação: Até 2 horas</td><td colspan="2">Prazo para Intenção de Recurso:
10 minutos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prazo para Razões de Recurso e Contrarrazões:
3 dias úteis</td></tr>
<tr><td colspan="3">Documentação de Proposta</td></tr>
<tr><td colspan="2">Requisitos básicos:
Verificar Item 4 do Edital seção “Do Preenchimento da Proposta” e Item 5 do Edital seção “Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances”</td><td>Requisitos específicos:
Rotulagem:
Os produtos industrializados deverão apresentar rotulagem em conformidade com a legislação vigente, observando-se, especialmente: RDC nº 727/2022, RDC nº 429/2020, Lei nº 10.674/2003, Decreto-Lei nº 986/1969</td></tr>
<tr><td colspan="3">Documentação de Habilitação</td></tr>
<tr><td colspan="2">Requisitos básicos:
Verificar Item 9.3 do Termo de Referência seção “Exigências de habilitação”</td><td>Requisitos específicos:
Atestado de Capacidade Técnica; Alvará Sanitário;</td></tr>
<tr><td colspan="3">Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do Município de Itabirito pelo endereço www.compras.gov.br, selecionando as opções Cidadão > Consulta detalhada de Compras Públicas > Contratações pela Lei 14.133 a partir de 01/04/2023 > Cód. UASG “984637”. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no www.compras.gov.br e também no endereço: www.itabirito.mg.gov.br.</td></tr>
</table>

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026

EDITAL

(Processo Administrativo n° 21.789/2026)

ID CONTRATAÇÃO COMPRASGOV: nº 1025/2026

Torna-se público que o(a) Município de Itabirito/MG, por meio do(a) Diretoria de Licitações e Contratos, sediado(a) Avenida Queiroz Júnior, 635, Praia, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 14.754, de 10 de fevereiro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gêneros alimentícios, para as demandas da Secretaria Municipal de Educação conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.16.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo do pregão, desde a publicação até a homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo pregoeiro, bem como da perda do direito ao benefício previsto na Lei Complementar nº 123/06.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total ou desconto, por item/lote, da prestação do serviço/fornecimento;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

4.1.2. Rotulagem:

Os produtos industrializados deverão apresentar rotulagem em conformidade com a legislação vigente, observando-se, especialmente:

a) RDC nº 727/2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados;

b) RDC nº 429/2020 e Instrução Normativa nº 75/2020, da ANVISA, referentes à rotulagem nutricional dos alimentos embalados;

c) Lei nº 10.674/2003, que determina a obrigatoriedade de informação sobre a presença ou ausência de glúten nos alimentos comercializados;

d) Decreto-Lei nº 986/1969, no que couber, quanto às disposições relativas à identidade, qualidade, segurança e utilização de aditivos e corantes em alimentos.

As informações constantes nos rótulos deverão estar legíveis, indeléveis e em conformidade com a legislação vigente, contendo, quando aplicável, as informações obrigatórias relativas à identificação do produto, fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade, composição, informações nutricionais, condições de conservação e demais informações exigidas pela legislação.

4.1.3. Marca/Fabricante, quando couber;

4.1.4. Modelo/Versão, quando couber;

4.1.5. Quantidade cotada, onde o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação;

4.1.6. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.1.7. Dados Bancários para pagamento;

4.1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.7.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.10. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,00% (um por cento).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. *Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.*

5.23.2. **Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.**

5.23.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.5. **O pregoeiro concederá o prazo de até 30 minutos, prorrogável por igual período, para envio da negociação, qual seja envio da resposta do preço sugerido pelo pregoeiro.**

5.23.5.1. decorrido o prazo informado no item anterior, em caso de ausência de resposta da negociação, o pregoeiro poderá proceder com a desclassificação da proposta do primeiro colocado em caso da mesma se encontrar acima do valor estimado.

5.23.5.2. decorrido o prazo informado no item 5.22.5, em caso de ausência de resposta da negociação, o pregoeiro procederá com a classificação da proposta do primeiro colocado em caso da mesma se encontrar dentro do valor estimado.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

5.23.5.3. o pregoeiro poderá, com base no princípio da vantajosidade, classificar a proposta do primeiro colocado, mesmo que o envio da negociação ocorra após decorrido o prazo informado no item 5.22.5, SOMENTE se o pregoeiro ainda não tiver procedido com a desclassificação ou a classificação no sistema.

5.23.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.7. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

5.23.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 3.6 deste edital.

6.2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.3.1. contiver vícios insanáveis;

6.3.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 70% (setenta por cento) da média dos demais preços, conforme art. 47, § 3º, II do Decreto 14.754/2023.

6.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.4.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.5. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.5.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

6.5.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.5.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.5.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.7.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.7.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.7.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.7.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.7.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, inclusive sobre planilhas de composição de custos, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, independentemente de o profissional pertencer a equipe de apoio.

6.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência..

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor/prestador detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2.1. SICAF;

7.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);

7.2.4. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://www.certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso atendidas as condições de participação elencadas acima, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio digital que possa ter sua autenticidade conferida.

7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.14. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

7.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e às bases de dados oficiais constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, podendo realizar, de ofício, em sede de diligência, inclusive no tocante a documentos eventualmente não apresentados.

7.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.*

7.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.18.3. apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante.

7.19. A realização ou não de diligência ocorrerá mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação/Pregoeiro antecedida de diálogo com os setores administrativos interessados no objeto da licitação, caso o mesmo julgue necessário, não se configurando direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido nos itens 7.16.1.

7.20. A apresentação de documentos complementares, substitutivos ou esclarecedores por meio de diligência será realizada nos termos do item 7.18 e findo o prazo concedido sem o envio da nova documentação restará preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará na sua inabilitação ou desclassificação do certame.

7.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.22. Para fins de análise da habilitação quanto ao cumprimento das documentações técnicas e/ou econômico-financeira, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, independentemente de o profissional pertencer a equipe de apoio.

7.23. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.16.1.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

7.24. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.25. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.26. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

9.1.1. Constituem comportamentos enquadrados como deixar de entregar a documentação exigida, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

9.1.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.1.2. entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

9.1.1.3. fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

9.1.1.4. deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação ou Pregoeiro, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação;

9.1.1.5. deixar de atender a convocações do Agente de Contratação ou Pregoeiro durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória.

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. ofertar preço inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

9.1.2.4. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.5. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.6. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.2.7. abandonar o certame.

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação, considerando-se como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Administração Pública Municipal, com exceção da conduta disposta no item 9.1.4.

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da data do recebimento da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I - tumultuar a sessão pública da licitação;

II - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

III - deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;

IV - deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;

VI - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

VII - não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;

VIII - não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

IX - deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

X - manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;

XI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

XII - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;

XIII - deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

XIV - deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XVI - não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

XVII - subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.2, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

9.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados pelos seguintes meios: preferencialmente na forma eletrônica, encaminhados para o e-mail licitacao@pmi.mg.gov.br ou no sítio eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br, ou protocolizada no Setor de Protocolo da Prefeitura, localizado na Avenida Queiroz Junior, nº. 635, Bairro Praia, Itabirito/MG, de segunda à sexta-feira, de 08:00h às 18:00h, sob pena de não acolhimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação
Prefeitura Municipal de Itabirito

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Nos casos de divergência entre as especificações do objeto descritas na relação de itens do site http://www.comprasnet.gov.br/ e as especificações do Edital, a licitante deverá considerar as descrições do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br e no sítio oficial do Município https://www.itabirito.mg.gov.br/.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial

11.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

11.11.4. ANEXO IV – Decreto e Instruções Normativas Pertinentes

Itabirito, 24 de setembro de 2026.

Paula Rejane Ferreira de Souza
Agente Administrativa
Matrícula 43.343

Assinado eletronicamente por:
MARINA PEDROSA NIQUINI
***.368.176-**
Assinatura digital avançada.

Marina Pedrosa Niquini
Diretora Depto de Licitações e Contratos
Matrícula 45.560

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026

(Processo Administrativo n° 21.789/2026)

ID CONTRATAÇÃO COMPRASGOV: nº 1025/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gêneros alimentícios, para as demandas da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 . JUSTIFICATIVA PARA A DIVISÃO DO OBJETO EM LOTES

2.1. A presente contratação tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar da rede municipal de ensino, sendo o objeto estruturado em 05 (cinco) lotes, agrupados conforme a natureza dos produtos, características de mercado, logística de fornecimento, condições de armazenamento e compatibilidade entre os itens.

ITEM	QUANT.	UNID	CATMAT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
LOTE 01 – Cereais, Grãos e Farináceos;						
1	300	PCT	389763	**AMENDOIM -** Torrado, sem casca, sem sal, com características íntegras, limpo, coloração uniforme, sem glutén. Acondicionado em plástico de polietileno atóxico, transparente, resistente e termosoldado, contendo 500 g. A embalagem deve conter dados de identificação e procedência, informação nutricional, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 10,00	R$ 3.000,00
2	300	PCT	477858	**AMENDOIM MOÍDO -** Torrado e moído. Acondicionado em plástico de polietileno atóxico, transparente, resistente e termosoldado, contendo 500 g. A embalagem deve conter dados de identificação e procedência, informação nutricional, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 11,69	R$ 3.507,00
3	20	UND	401189	**BICARBONATO DE SÓDIO** - bicarbonato de sódio, sachê ou caixa de papel cartão contendo de 60 a 100 gramas. Embalagem contendo data de fabricação, informação nutricional e prazo de validade.	R$ 3,19	R$ 63,80

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

4	22000	UND	240574	**BISCOITO DE POLVILHO -** Biscoito assado a base de polvilho sem glúten, sem leite e derivados, sem conservante, sem aromatizante; sem corante. Pacote com peso mínimo de 100 gramas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto.	R$ 8,20	R$ 180.400,00
5	14000	PCT	217132	**BISCOITO DOCE TIPO MAISENA** - Biscoito doce, tipo maisena, sem lactose e sem leite. Embalagem primária: pacotes impermeáveis, lacrados com peso de 170g até 200g. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada com abas superiores e inferiores lacradas ou vedadas com fita adesiva plastificada, que resista às condições rotineiras de manipulação, transporte e armazenamento. A embalagem deverá apresentar identificação dos ingredientes (rótulo), valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade.	R$ 7,72	R$ 108.080,00
6	7500	PCT	245803	**BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA -** Sabor coco, sem lactose e sem leite. Embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso de 350 a 400 gramas . Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada com abas superiores e inferiores lacradas ou vedadas com fita adesiva plastificada, que resista às condições rotineiras de manipulação, transporte e armazenamento. A embalagem deverá apresentar identificação dos ingredientes (rótulo), valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade.	R$ 6,80	R$ 51.000,00
7	7500	PCT	460241	**BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA -** Sabor chocolate, sem lactose e sem leite. Embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso de 350 a 400 gramas . Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada com abas superiores e inferiores lacradas ou vedadas com fita adesiva plastificada, que resista às condições rotineiras de manipulação, transporte e armazenamento. A embalagem deverá apresentar identificação dos ingredientes (rótulo), valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade.	R$ 5,80	R$ 43.500,00
8	14000	PCT	232930	**BISCOITO SALGADO CREAM CRACKER** - Biscoito salgado, tipo cream cracker, sem lactose e sem leite. Embalagem primaria em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 170 a 200 gramas . Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada com abas superiores e inferiores lacradas ou vedadas com fita adesiva plastificada, que resista às condições rotineiras de manipulação, transporte e armazenamento. A embalagem deverá apresentar identificação dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade.	R$ 5,15	R$ 72.100,00
9	12000	PCT	465596	**BISCOITO TIPO PAPA OVO -** Biscoito papa ovo, assado, a base de fécula de mandioca, ovo, gordura vegetal e sal, sem glúten, sem leite e derivados, sem conservante, sem aromatizantes e sem corante artificiais. Pacote com peso mínimo de 100 g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto, de acordo com a legislação de rotulagem de alimentos vigente.	R$ 9,14	R$ 109.680,00
10	5000	UNID	463532	**CACAU EM PÓ 100%**: deve conter na embalagem a informação "100% cacau". Ingrediente único: cacau em pó. Sem traços de gluten, ovo, soja ou leite. Acondicionada em embalagem de papel cartão original de fábrica com 200g. A embalagem deve conter dados de identificação e procedência, informação nutricional, quantidade do produto, data de fabricação e validade, com rotulagem nutricional de acordo com as normas vigentes.	R$ 19,35	R$ 96.750,00
11	150	UND	463872	**CANELA EM PÓ -** fina, homogênea, sem gluten. Embalagem: pote de polipropileno, atóxico, bem vedados, resistente e limpo, contendo 30g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto.	R$ 5,49	R$ 823,50
12	200	UND	427816	**COCO EM FLOCOS** - Úmido e adoçado. A embalagem deverá conter externamente os dados identificação, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto Embalagem de 100 gramas .	R$ 6,99	R$ 1.398,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

13	3000	UND	225698	**COCO RALADO UMIDO** - Coco ralado úmido. Não deve conter açúcar. Sem glúten e sem leite. Embalagem de 100g. A embalagem deverá conter a identificação do produto, número do lote, identificação do fabricante e data de fabricação e validade.	R$ 6,18	R$ 18.540,00
14	200	UNID	461222	**ESSÊNCIA DE BAUNILHA** - Essência de baunilha destinada ao uso culinário, apresentando características sensoriais próprias, aroma intenso e agradável, adequada para utilização em preparações de confeitaria, panificação e sobremesas. O produto deverá apresentar aspecto líquido homogêneo, coloração característica variando entre âmbar claro e escuro, livre de partículas estranhas, sedimentos excessivos, fermentação ou alterações sensoriais inadequadas. Sem traços de gluten, ovo, soja ou leite. Embalagem de 30ml, contendo externamente os dados de identificação, número do lote, data de validade, quantidade de produto, e demais informações de acordo com legislação de rotulagem vigente.	R$ 8,30	R$ 1.660,00
15	15	UNID	462203	**ESSÊNCIA DE COCO** - Essência de coco destinada ao uso culinário, apresentando características sensoriais próprias, aroma intenso e agradável, adequada para utilização em preparações de confeitaria, panificação e sobremesas. O produto deverá apresentar aspecto líquido homogêneo, coloração característica, livre de partículas estranhas, sedimentos excessivos, fermentação ou alterações sensoriais inadequadas. Sem traços de gluten, ovo, soja ou leite. Embalagem de 30ml, contendo externamente os dados de identificação, número do lote, data de validade, quantidade de produto, e demais informações de acordo com legislação de rotulagem vigente.	R$ 7,49	R$ 112,35
16	200	UNID	481031	**FERMENTO BIOLÓGICO** - fermento biológico seco, instantâneo para pão. Obtido de leveduras por processo tecnológico adequado. Embalado em pacotes com peso de 500 gramas contendo externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto.	R$ 22,65	R$ 4.530,00
17	2400	UNID	459586	**FERMENTO EM PÓ QUÍMICO** - Fermento químico em pó, obtido pela mistura homogênea de agentes químicos próprios para panificação e confeitaria, destinado ao crescimento de massas alimentícias, apresentando elevado poder fermentativo, ação eficiente e desempenho uniforme durante o preparo e forneamento. O produto deverá apresentar pó fino, seco, solto e homogêneo, de coloração característica, sendo isento de umidade, empedramento, grumos excessivos, matérias estranhas, impurezas, odores inadequados ou quaisquer contaminantes físicos, químicos ou biológicos que comprometam a qualidade e segurança do alimento. Sem traços de glúten, ovo, soja ou leite. Embalagem: pote plástico , com tampa de rosca, contendo 250 g. O produto deve conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 12,72	R$ 30.528,00
18	33	UN	467538	**REFORÇADOR** -Reforçador em pó para produtos de panificação. Embalagem Primária contendo de 3 a 5 kg. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. A embalagem deve conter identificação do produto, marca do fabricante, procedência, informação nutricional, número do lote, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 64,30	R$ 2.121,90
19	100	UND	463902	**SEMENTE DE GERGELIM BRANCO** - sem casca, sem sujidades ou gravetos. Embalagem plástica de 200 gramas contendo externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto.	R$ 22,25	R$ 2.225,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

20	700	PCT	464882	**UVA PASSA -** branca**,** sem sementes, 100% natural de 1ª qualidade, acondicionada em embalagem plástica original de fábrica com 500g. Sem traços de glúten, ovo, soja ou leite. A rotulagem deve conter dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 33,68	R$ 23.576,00
21	700	PCT	464883	**UVA PASSA -** preta**,** sem sementes, 100% natural de 1ª qualidade, acondicionada em embalagem plástica original de fábrica com 500g. Sem traços de glúten, ovo, soja ou leite. A rotulagem deve conter dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 28,45	R$ 19.915,00
22	20	UND	236197	**ADOÇANTE LÍQUIDO A BASE DE STÉVIA-** Adoçante dietético - à base de edulcorante natural (stévia), sem açúcar, sem glúten, sem leite, acondicionado em embalagem resistente de plástico atóxico, contendo de 60 a 100 ml, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade.	R$ 22,24	R$ 444,80

ITEM	QUANT.	UNID	CATMAT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
LOTE 02 - Leites e Derivados;						
23	360	UNID	446534	**CREME DE LEITE -** Creme de leite: UHT, homogeneizado. Embalagem tetra brik de 200 gramas, devendo conter dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de fabricação e validade, de acordo com as legislações de rotulagem vigentes.	R$ 5,42	R$ 1.951,20
25	360	UNID	464016	**LEITE CONDENSADO -** Leite condensado obtido pela desidratação parcial do leite, adicionado de açúcar, apresentando consistência cremosa, homogênea e de elevada qualidade sensorial, produzido a partir de leite de boa procedência e dentro dos padrões higiênico-sanitários exigidos pela legislação vigente. O produto deverá apresentar coloração branco-amarelada uniforme, textura cremosa e fluida, sem grumos, talhamento, cristalização excessiva ou separação de fases, com sabor e odor característicos, agradáveis e livres de sabores ou odores estranhos. Sem gluten. Acondicionado em embalagem de 395 g. Deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto .	R$ 7,84	R$ 2.822,40
26	60	UNID	464015	**LEITE CONDENSADO ZERO LACTOSE -** Para dietas com restrição de lactose. Leite condensado zero lactose obtido pela desidratação parcial do leite com adição de açúcar e tratamento enzimático para eliminação da lactose, apresentando consistência cremosa, homogênea e elevada qualidade sensorial, adequado para dietas com restrição de lactose, conforme legislação vigente. O produto deverá apresentar coloração branco-amarelada uniforme, textura cremosa e fluida, sem grumos, talhamento, cristalização excessiva ou separação de fases, com sabor e odor característicos, agradáveis e livres de sabores ou odores estranhos. Sem gluten. Acondicionado em embalagem de 395 gramas. Deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto.	R$ 10,63	R$ 637,80

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

27	1000	UNID	464010	**LEITE DE COCO** - Leite de coco para uso culinário, de origem vegetal, obtido da emulsão aquosa extraída da polpa do coco maduro, apresentando aspecto homogêneo, coloração branca característica, aroma e sabor próprios, produzido com matéria-prima de boa qualidade e dentro dos padrões higiênico-sanitários exigidos pela legislação vigente. O produto deverá apresentar consistência cremosa e uniforme, sem separação excessiva de fases, talhamento ou presença de partículas estranhas, sendo isento de sujidades, fermentação, ranço, odores inadequados e quaisquer contaminantes físicos, químicos ou biológicos que comprometam a qualidade e segurança alimentar. Sem traços de glúten, ovo, ou leite. Embalagem de 200ml contendo marca do fabricante, informação nutricional e prazo de validade.	R$ 6,50	R$ 6.500,00
28	20	UNID	446021	**LEITE EM PÓ DESNATADO** - Leite em pó desnatado, com redução de gorduras. Composto apenas por leite desnatado em pó, sem conservantes e outros aditivos, podendo conter apenas a adição de vitaminas e minerais. Sem gluten. Pacote laminado contendo 200 gramas do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto número de registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF.	R$ 14,20	R$ 284,00
30	39000	UNID	445995	**LEITE INTEGRAL -** Leite UHT integral, homogêneo, submetido a processo de ultra alta temperatura, obtido exclusivamente de leite bovino fresco e de boa qualidade, apresentando composição nutricional e características sensoriais adequadas. O produto deverá apresentar coloração branca opaca uniforme, sabor e odor característicos, textura fluida e homogênea, sem presença de grumos, talhamento, sedimentações anormais, sabores estranhos ou sinais de deterioração. Acondicionado em embalagem tetra pak. A embalagem deverá conter dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Unidade de fornecimento: embalagem de 1 litro. Embalagem secundária: caixa, resistente, suportando o transporte sem perder sua integridade, totalizando peso líquido de 12 litros.	R$ 6,57	R$ 256.230,00

ITEM	QUANT.	UNID	CATMAT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
LOTE 03 - Biscoitos, Panificação e Confeitaria;						
31	1000	KG	459012	**FUBÁ DE MILHO -** mimoso, enriquecido com ferro e ácido fólico, embalado em saco de polietileno transparente de 1kg. A embalagem deve conter dados de identificação e procedência, informação nutricional, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 4,46	R$ 4.460,00
32	2000	UND	459077	**AMIDO DE MILHO -** Tipo 1, sob a forma de pó fino, cor branca, sem glúten. Embalagem primária: caixa de papel cartão ou embalagem plástica de 500g, com identificação na embalagem dos ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade.	R$ 7,15	R$ 14.300,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

33	300	UND	463997	**AÇÚCAR REFINADO -** Cristalização fina e uniforme, produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada, livre de umidade excessiva, empedramento, matéria terrosa, parasitas, sujidades, fragmentos estranhos e quaisquer substâncias contaminantes físicas, químicas ou biológicas que comprometam a qualidade do produto. Sem glutén. Embalado em saco plástico de polietileno leitoso ou transparente, integro, resistente, em pacotes de 1 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, quantidade do produto, número do lote, data de fabricação e validade.	R$ 4,99	R$ 1.497,00
34	10000	PCT	458904	**ARROZ BRANCO VITAMINADO -** grãos fisiologicamente desenvolvidos, maduros, são e secos, adicionados com grãos reconstituídos, ricos em vitaminas e minerais. Arroz branco, de grãos nobres e selecionados, tipo 1, classe longo fino, limpo, grãos sadios. Embalagem primária: saco de polietileno atóxico, transparente, com peso de 5 Kg, limpo, não violado, resistente que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Embalagem secundária: fardo resistente, suportando o transporte, sem perder sua integridade, totalizando peso líquido de 30Kg. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente.	R$ 28,48	R$ 284.800,00
35	2000	UNID	460501	**AVEIA EM FLOCOS FINOS -** Aveia em flocos finos uniformes, íntegros e de boa qualidade, obtida a partir de grãos íntegros de aveia, submetidos a processo tecnológico adequado de limpeza, descascamento, laminação e moagem, apresentando coloração característica, sabor e odor próprios, sem sinais de ranço, fermentação ou umidade excessiva. Deve ser isento de matérias estranhas, impurezas, sujidades, insetos, larvas, parasitas, fragmentos estranhos e quaisquer contaminantes físicos, químicos ou biológicos que comprometam a qualidade e segurança alimentar. Embalagem em caixa contendo de 165 a 200 gramas, com rotulagem de acordo com legislação vigente. Embalagem secundária caixa de papel rígido com especificações do produto, informações sobre o fabricante, prazo de validade e lote.	R$ 7,50	R$ 15.000,00
36	1400	UND	459076	**CANJICA** - Milho branco para canjica, constituído por grãos submetidos a processo adequado de limpeza, descascamento e seleção, apresentando coloração característica, tamanho uniforme e boa qualidade de cocção, isentos de matérias estranhas, impurezas, sem grãos quebrados em excesso, ou quaisquer contaminantes físicos, químicos ou biológicos que comprometam a qualidade e segurança do alimento. Sem traços de gluten, ovo, soja ou leite. Embalagem contendo 500g, devendo conter dados de identificação e procedência, informação nutricional, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 7,25	R$ 10.150,00
37	5000	UNID	459072	**CANJIQUINHA** - Canjiquinha de milho: amarela, fina, livre de impurezas, sem traços de gluten, ovo, soja ou leite. Embalagem com 500 gramas. A embalagem deve conter dados de identificação e procedência, informação nutricional, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 5,65	R$ 28.250,00
38	4500	PCT	217200	**FARINHA DE MANDIOCA -** Torrada, seca, fina. Sem glúten. Embalada em saco de polietileno, atóxico, transparente de 1Kg contendo externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto.	R$ 5,30	R$ 23.850,00
39	500	UND	459015	**FARINHA DE MILHO BIJU -** Farinha de milho biju obtida a partir de grãos de milho selecionados, submetidos a processo tecnológico adequado de moagem, torrefação e laminação, apresentando flocos leves, crocantes e de granulometria característica, com coloração amarelo-dourada uniforme. O produto deverá apresentar aspecto seco, solto e homogêneo, sendo isento de umidade excessiva, empedramento, matérias estranhas, impurezas, odores estranhos, ranço, mofo ou quaisquer contaminantes físicos, químicos ou biológicos que comprometam a qualidade e segurança alimentar. Sem gluten. Embalagem plástica, atóxica, transparente, não violada, contendo dados do produto: identificação, procedência, ingredientes, informações nutricionais, lote, gramatura, datas de fabricação e vencimento. Peso 500 gramas.	R$ 4,69	R$ 2.345,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

40	385	SC	465332	**FARINHA DE TRIGO - 25Kg**, especial, enriquecida com ferro e ácido fólico. Características: deve ser fabricada a partir de grãos de trigo sãos e limpos, isentos de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Não poderá estar úmida, fermentada, nem rançosa. Especificidade de uso: bolos, pães e biscoitos. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em sacos de 25 kg.	R$ 119,41	R$ 45.972,85
41	11000	PCT	460263	**FARINHA DE TRIGO** - farinha de trigo tipo 1,de cor branca, enriquecida com ferro e acido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em sacos de polietileno transparente de 1Kg cada. Embalagem secundária: fardo, resistente, suportando o transporte sem perder sua integridade, totalizando peso líquido de 10 Kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto.	R$ 5,00	R$ 55.000,00
42	18000	PCT	464553	**FEIJÃO CARIOQUINHA** - Feijão carioca tipo 1, novo, constituído por grãos inteiros, sadios e limpos, de coloração característica da variedade, tamanho e formato uniformes, com padrão de qualidade superior e bom rendimento após cocção. O produto deverá apresentar predominância de grãos íntegros, claros e bem selecionados, com baixo percentual de defeitos, sendo rigorosamente isento de grãos mofados, carunchados, germinados, descoloridos, enrugados excessivamente, partidos em quantidade elevada, bem como de matérias estranhas, impurezas, pedras, torrões, insetos, larvas, parasitas e quaisquer contaminantes físicos, químicos ou biológicos que comprometam a qualidade e segurança alimentar. Embalagem Primária: com peso de 1 kg. Embalagem Secundária: fardo resistente, suportando o transporte, sem perder sua integridade, de modo a garantir a resistência a danos durante o transporte e armazenamento com peso liquido de 30kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto.	R$ 8,95	R$ 161.100,00
43	1000	PCT	464552	**FEIJÃO PRETO** - Feijão preto tipo 1, novo, constituído por grãos inteiros, sadios e limpos, de coloração característica da variedade, tamanho e formato uniformes, com padrão de qualidade superior e bom rendimento após cocção. O produto deverá apresentar predominância de grãos íntegros e bem selecionados, com baixo percentual de defeitos, sendo rigorosamente isento de grãos mofados, carunchados, germinados, descoloridos, enrugados excessivamente, partidos em quantidade elevada, bem como de matérias estranhas, impurezas, pedras, torrões, insetos, larvas, parasitas e quaisquer contaminantes físicos, químicos ou biológicos que comprometam a qualidade e segurança alimentar. Embalagem Primária: com peso de 1 kg. Embalagem Secundária: fardo resistente, suportando o transporte, sem perder sua integridade, de modo a garantir a resistência a danos durante o transporte e armazenamento com peso liquido de 30kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto.	R$ 9,99	R$ 9.990,00
44	700	UNID	458965	**MACARRAO TIPO AVE MARIA** - Sêmola com ovos, enriquecido com ferro e ácido fólico. Acondicionado em embalagem transparente intacta de 500g, acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 4,90	R$ 3.430,00
45	10500	PCT	458953	**MACARRAO TIPO ESPAGUETE** - Sêmola com ovos, enriquecido com ferro e ácido fólico, tipo espaguete nº 8. Embalagem de 500g, resistente que garanta a integridade do produto até o momento do consumo acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 3,99	R$ 41.895,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito -

46	6000	PCT	458980	**MACARRAO TIPO PARAFUSO -** Sêmola com ovos, enriquecido com ferro e ácido fólico. Acondicionado em embalagem transparente intacta de 500g, resistente que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 4,50	R$ 27.000,00
47	600	UN	462123	**MILHO DE PIPOCA -** Milho para pipoca tipo 1, constituído por grãos selecionados de milho próprio para pipoca, provenientes de safra recente, apresentando uniformidade de tamanho, coloração característica e elevado rendimento de expansão após preparo. O produto deverá ser composto por grãos íntegros, sadios, limpos e beneficiados, isentos de matérias estranhas, impurezas, grãos mofados, fermentados, carunchados, germinados, quebrados em excesso, além de quaisquer contaminantes físicos, químicos ou biológicos que comprometam a qualidade e segurança alimentar. Embalagem de polietileno de 500 g. Sem traços de gluten, ovo, soja ou leite. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente.	R$ 4,83	R$ 2.898,00
48	100	UN	459080	**POLVILHO AZEDO** - Polvilho azedo, 100% natural, sem traços de gluten, ovo, soja ou leite, acondicionado em embalagem de polipropileno, original de fábrica contendo 1 kg. A embalagem deve conter identificação do produto, marca do fabricante, procedência, informação nutricional, número do lote, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 10,90	R$ 1.090,00
49	100	UN	462474	**POLVILHO DOCE** - Polvilho doce, 100% natural, sem traços de gluten, ovo, soja ou leite, acondicionado em embalagem de polipropileno, original de fábrica contendo 1 kg. A embalagem deve conter identificação do produto, marca do fabricante, procedência, informação nutricional, número do lote, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 10,11	R$ 1.011,00
50	600	PCT	326330	**TRIGO FINO PARA QUIBE** - Grãos limpos processados, tipo 1. Embalagem em saco plástico, transparente, não violado, resistentes que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação; procedência; informação nutricional; número de lote; validade e quantidade do produto. Embalagem de 500 gramas.	R$ 5,70	R$ 3.420,00

ITEM	QUANT.	UNID	CATMAT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
LOTE 04 - Bebidas e Complementos Alimentares.						
51	1000	CX	242775	**CHÁ DE CAMOMILA** – Nos ingredientes pode constar apenas camomila, sem aromatizantes e outros aditivos, sem glúten. Embalagem com identificação do produto, identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Apresentado em caixa de papel cartão com 10 a 15 sachês de 10g.	R$ 4,81	R$ 4.810,00
52	1000	CX	245189	**CHÁ DE ERVA DOCE** - Nos ingredientes pode constar apenas erva doce, sem aromatizantes e outros aditivos, sem glúten. A embalagem deverá conter a identificação do produto, identificação do fabricante, numero do lote, data de fabricação e validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Apresentado em caixa de papel cartão com 10 a 15 sachês de 10g.	R$ 4,86	R$ 4.860,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito -

53	1000	CX	258194	**CHÁ DE MELISSA** - Nos ingredientes pode constar apenas melissa, sem aromatizantes e outros aditivos, sem glúten. A embalagem deverá conter a identificação do produto, identificação do fabricante, numero do lote, data de fabricação e validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Apresentado em caixa de papel cartão com 10 a 15 sachês de 10g.	R$ 4,48	R$ 4.480,00
54	1000	CX	243764	**CHÁ DE MAÇÃ** - Sem aromatizantes e outros aditivos, sem glúten. A embalagem deverá conter a identificação do produto, identificação do fabricante, numero do lote, data de fabricação e validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Apresentado em caixa de papel cartão com 10 a 15 sachês de 10g.	R$ 5,99	R$ 5.990,00
55	4000	CX	236613	**CHÁ MATE** - Chá mate tostado, sabor natural, embalado em caixa de papel cartão de 250g. A embalagem deverá conter a identificação do produto, numero do lote, identificação do fabricante, data de fabricação e validade.	R$ 10,99	R$ 43.960,00
56	10000	UND	442814	**SUCO DE MAÇÃ INTEGRAL -** Suco de maçã, feito somente com fruta, sem aromatizantes e sem adição de conservantes, açúcares, adoçantes, corantes e aromatizantes. Sem traços de gluten, ovo, soja ou leite. Deverá conter registro no Ministério da Agricultura. Embalado em garrafa plástica contendo rótulo com data de fabricação e data de validade gravadas e número do lote, além do número do registro no Ministério da Agricultura. Embalagem de 1000 ml a 1500 ml.	R$ 15,29	R$ 152.900,00
57	20000	UND	442810	**SUCO DE UVA TINTO INTEGRAL** - Suco de uva tinto integral, não alcoólico, composição exclusiva de uva, sem adição de açúcar, conservantes, adoçantes, corantes e aromatizantes. Sem traços de gluten, ovo, soja ou leite. Deverá conter registro no Ministério da Agricultura. Embalado em garrafa plástica contendo rótulo com data de fabricação e data de validade gravadas e número do lote, além do número do registro no Ministério da Agricultura. Embalagem de 1000 ml a 1500 ml.	R$ 17,46	R$ 349.200,00

ITEM	QUANT.	UNID	CATMAT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
LOTE 05 - Mercearia Básica e Condimentos;						
58	600	PCT	463857	**AÇAFRÃO DA TERRA EM PÓ -** Cúrcuma desidratada e moída. Não contém glúten. Isento de mofos e umidade. Embalagem plástica, atóxica, transparente e não violada, contendo dados do produto: identificação, procedência, ingredientes, informações nutricionais, lote, gramatura, datas de fabricação e vencimento. Embalagem de 500 gramas.	R$ 23,02	R$ 13.812,00
59	2000	PCT	463937	**COLORÍFICO -** Pó fino, de coloração avermelhada a base de urucum, fubá e óleo vegetal. Isento de glúten e sal. Embalagem contendo 500 g. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, quantidade do produto, ingredientes, data de fabricação e validade.	R$ 8,90	R$ 17.800,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

60	9000	UNID	459670	**EXTRATO DE TOMATE** - Ingredientes: Tomate. Sem adição de açúcar, sal ou aditivos. Sem traços de glúten, ovo, soja ou leite. Embalagem sachê ou pote plástico de 300 a 350 gramas, rotulagem de acordo com a legislação vigente. Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada com abas superiores e inferiores lacradas ou vedadas com fita adesiva plastificada, que resista às condições rotineiras de manipulação, transporte e armazenamento. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.	R$ 3,62	R$ 32.580,00
61	9000	UN	463699	**MARGARINA VEGETAL** - com sal, a base de: óleos vegetais líquidos e interesterificados, água , sal , leite, e emulsificantes, estabilizantes, conservadores e sem gluten. O produto deverá apresentar coloração uniforme, sabor e odor suaves e característicos, livres de ranço, amargor, fermentação ou quaisquer alterações sensoriais inadequadas, sendo isento de matérias estranhas, impurezas e contaminantes físicos, químicos ou biológicos que comprometam a qualidade e segurança alimentar. Acondicionada em potes de polipropileno (PP) com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote, resistente, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo contendo peso líquido 500g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro, de acordo com legislações de rotulagem vigente. Validade mínima de 5 (cinco) meses a contar da data de entrega. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da data de validade e embalagens danificadas.	R$ 10,99	R$ 98.910,00
62	22	EM	485197	**MARGARINA VEGETAL EMBALAGEM 15KG -** Margarina vegetal com sal, 80 % de lipídeos, em pote rígido confeccionado em polipropileno (PP) ou material plástico atóxico equivalente, resistente, com tampa de vedação eficiente e inviolável, contendo 15kg, adequado para conservação sob refrigeração e proteção contra contaminações externas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro.	R$ 160,00	R$ 3.520,00
63	1400	UN	462832	**MILHO VERDE** - Produto preparado com grãos de milho previamente debulhados, envasados e cozidos, imersos em líquido de cobertura apropriada, submetidos a processo tecnológico adequado, antes ou depois de hermeticamente fechados nos recipientes utilizados a fim de evitar sua alteração. Sem traços de gluten, ovo, soja ou leite.Acondicionado em sachê de 260 gramas líquido. Com rótulo contendo marca, ingredientes, informação nutricional, peso, data de fabricação e validade, de acordo com legislação vigente.	R$ 3,99	R$ 5.586,00
64	21000	UN	416665	**ÓLEO DE SOJA -** Refinado, 100% natural, sem glúten. Embalagem: Acondicionada em recipientes de plástico de 900 mL, não apresentando amassamento, vazamento e abaulamento. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de fabricação e validade, lote e informações nutricionais. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da entrega do produto. Conter registro no Ministério da Agricultura.	R$ 9,45	R$ 198.450,00
65	200	UNID	463916	**ORÉGANO DESIDRATADO -** erva seca, sem adulterações e contaminações de qualquer espécie. Sem gluten. Na embalagem deve conter ingrediente, tabela nutricional, data fabricação e/ou lote, data de validade. Embalagem de 200 gramas.	R$ 26,00	R$ 5.200,00
66	5000	UN	461092	**SAL REFINADO** - Produto refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos. Embalagem plástico de polietileno, transparente, resistente e atóxico contendo 1Kg. Embalado em fardos lacrados. A rotulagem deve conter dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 2,70	R$ 13.500,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

67	2400	UN	269172	**TEMPERO ALHO E SAL -** Tempero pronto completo sem pimenta a base de alho e sal. Sem traços de glúten, ovo, soja ou leite. Acondicionado em pote de polipropileno resistente e atóxico com tampa de encaixe, contendo 500g. A rotulagem deve conter dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, quantidade do produto, data de fabricação e validade.	R$ 8,99	R$ 21.576,00
68	700	UNID	340581	**VINAGRE DE MAÇÃ -** Fermentado acético de maçã, água e conservante. Embalagem plástica/garrafa pet com volume entre 500 ml e 1 litro.	R$ 7,04	R$ 4.928,00

ITEM	QUANT.	UNID	CATMAT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
LOTE 06- Fórmula e Leite pó integral						
24	1200	UND	453663	**FÓRMULA INFANTIL DE 6 A 12 MESES -** Fórmula infantil em pó com prebióticos, DHA e ARA nucleotídeos . Embalados em latas de alumínio de 800 g do produto e reembalados em caixas de papelão. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto.	R$ 93,10	R$ 111.720,00
29	16000	UNID	216683	**LEITE EM PÓ INTEGRAL** - Leite em pó integral. Composto apenas por leite integral em pó, sem conservantes e outros aditivos químicos, podendo conter apenas a adição de vitaminas e minerais. Sem glúten. Pacote laminado contendo 400 gramas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto número de registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF.	R$ 18,99	R$ 303.840,00
					Valor Global lotes:	**R$3.177.461,60**

A divisão adotada contempla os seguintes lotes:

Lote 01 – Cereais, Grãos e Farináceos
Trata-se de produtos secos de consumo contínuo, pertencentes ao mesmo segmento comercial e que apresentam condições semelhantes de armazenamento, transporte e fornecimento.

Lote 02 – Leites e Derivados
Os itens possuem características sanitárias e de comercialização semelhantes, sendo fornecidos por empresas especializadas no segmento lácteo.

Lote 03 – Biscoitos, Panificação e Confeitaria
Os produtos pertencem ao mesmo segmento mercadológico e apresentam compatibilidade logística e operacional para fornecimento conjunto.

Lote 04 – Bebidas e Complementos Alimentares
Os itens apresentam características compatíveis de armazenamento, transporte e fornecimento.

Lote 05 – Mercearia Básica e Condimentos
Os itens possuem utilização conjunta no preparo das refeições e são normalmente comercializados pelos mesmos distribuidores do ramo alimentício.

Lote 06 – Fórmula e Leite em Pó Integral

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

Embora a regra geral prevista na Lei Federal nº 14.133/2021 seja a observância do parcelamento do objeto quando tecnicamente viável, tal diretriz não possui caráter absoluto, devendo a Administração avaliar, em cada caso concreto, a solução que melhor atenda ao interesse público, à economicidade e à eficiência administrativa.
Nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, no Processo nº 1203931, Primeira Câmara, consignou que:

"O parcelamento do objeto, apesar de constituir regra geral, não se trata de postulado absoluto, incumbindo a cada gestor, no exercício de sua discricionariedade e balizado pelos limites e pelas previsões legais, determinar de que forma o objeto será decomposto em partes distintas, devendo ser sempre avaliados os ganhos operacionais e a economia de escala que provenham de eventual reunião de objetos distintos compatíveis."

Observando esse entendimento, verificou-se que o agrupamento dos produtos em lotes homogêneos proporciona maior eficiência na execução contratual, reduz custos administrativos relacionados à gestão de múltiplos contratos, simplifica os procedimentos de recebimento, conferência e fiscalização dos produtos e favorece a obtenção de preços mais vantajosos em razão da economia de escala.

Além disso, os itens agrupados em cada lote possuem compatibilidade mercadológica, sendo normalmente comercializados pelos mesmos distribuidores e fornecedores do ramo alimentício, o que amplia a competitividade do certame sem restringir indevidamente a participação de interessados.

A formação dos lotes também contribui para a segurança do abastecimento da alimentação escolar, reduzindo o risco de fracasso de itens isolados, descontinuidade no fornecimento e dificuldades operacionais decorrentes da contratação de múltiplos fornecedores para produtos pertencentes ao mesmo segmento de mercado.

Dessa forma, conclui-se que a divisão do objeto em 05 (cinco) lotes representa a solução mais eficiente e vantajosa para a Administração, compatibilizando os princípios da competitividade, economicidade, eficiência, planejamento e interesse público previstos nos arts. 5º, 18 e 40 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme arts. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023.
1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
1.4 O prazo de vigência será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, respeitando a vigencia maxima de 10(dez) anos, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.5 Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da apresentação do orçamento estimado, quando houver, ou da proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
1.6 Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pelo Contratado.
1.7 Encerrado o procedimento de contratação, o licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 dias úteis, de acordo com o art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
1.8 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 DOS LOTES

2.1 Do agrupamento de itens em lotes:
Na presente contratação haverá agrupamento de itens distintos em lotes, adotando-se como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR LOTE, observadas as especificações técnicas, os padrões mínimos de qualidade, os prazos de entrega e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

A divisão do objeto em lotes foi realizada considerando a natureza dos produtos, a compatibilidade mercadológica, as características de armazenamento, transporte e comercialização dos gêneros alimentícios, bem como a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Os gêneros alimentícios objeto desta contratação destinam-se ao atendimento da alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, sendo recebidos centralizadamente no Setor de Suprimentos da Educação, localizado nas dependências da Prefeitura Municipal de Itabirito, responsável pela conferência, armazenamento e posterior distribuição dos produtos às unidades escolares.

O agrupamento dos itens em lotes homogêneos permite que fornecedores especializados apresentem propostas mais competitivas, proporcionando ganhos de escala, racionalização dos custos operacionais e maior eficiência na execução contratual.

A adoção da licitação por item resultaria em um número significativamente maior de contratos e fornecedores, aumentando as atividades de gestão, conferência documental, fiscalização, recebimento dos produtos e acompanhamento da execução contratual, gerando custos administrativos desnecessários para a Administração.

Por outro lado, a contratação por lotes reduz a fragmentação do fornecimento, facilita o controle de qualidade dos produtos recebidos, otimiza os procedimentos de recebimento e conferência realizados pelo Setor de Suprimentos da Educação e contribui para a manutenção da regularidade do abastecimento destinado à alimentação escolar.

Os itens foram agrupados nos seguintes lotes:
Lote 01 – Cereais, Grãos e Farináceos;
Lote 02 – Leites e Derivados;
Lote 03 – Biscoitos, Panificação e Confeitaria;
Lote 04 – Bebidas e Complementos Alimentares
Lote 05 –. Mercearia Básica e Condimentos;
Lote 06 – Fórmula e Leite em Pó Integral;

Importante destacar que o parcelamento do objeto, embora constitua regra geral prevista na legislação, não possui caráter absoluto. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no Processo nº 1203931, Primeira Câmara, firmou entendimento de que cabe ao gestor avaliar a forma mais adequada de composição do objeto, devendo ser considerados os ganhos operacionais e a economia de escala decorrentes da reunião de objetos compatíveis.

No presente caso, verificou-se que os itens agrupados em cada lote possuem características semelhantes, são usualmente comercializados pelos mesmos segmentos de fornecedores e apresentam compatibilidade logística e operacional, tornando recomendável sua contratação conjunta.

Registra-se ainda que contratações excessivamente pulverizadas podem comprometer a eficiência da gestão contratual e aumentar o risco de intercorrências no abastecimento, circunstância especialmente relevante quando se trata do fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar.

Dessa forma, a divisão do objeto em 05 (cinco) lotes mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e compatível com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/202

2.2 – Lotes exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte:
Não se aplica.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas e em tópico especifico do estudo técnico preliminar, apêndice deste

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

termo de referência.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- ID do PCA no PNCP: 18307835000154-0-000001/2026;
- Data de publicação no PNCP: 16/05/2025 e atualização 21/09/2026
- ID dos itens no PCA: 1025/2026;
- Número do DFD: 1788/2025.

PCA 2026 - 984637 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO - MG

Última atualização: 21/09/2026

Id pca PNCP: 18307835000154-0-000001/2026

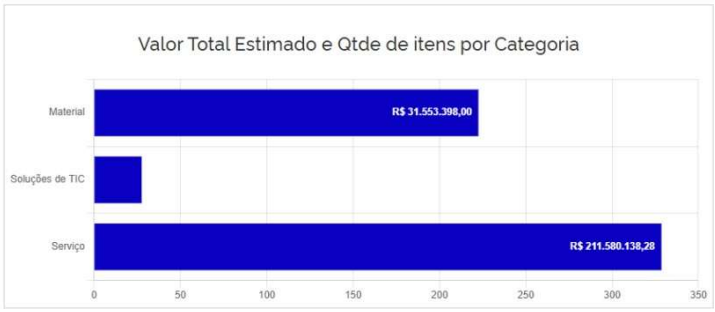
Data de publicação no PNCP: 16/05/2025

Local: Itabirito/MG

Fonte: Compras.gov.br

Total de itens: 580

Valor Total estimado (R$): R$ 252.660.728,08



1786	8905 - CARNES, AVES E PEIXES	984637-1027/2026	R$ 1.906.000,00	31/12/2026
1787	8940 - ALIMENTOS ESPECIAIS DIETÉTICOS E PREPARADOS ALIMENTÍCIOS	984637-1026/2026	R$ 171.000,00	31/12/2026
1788	8940 - ALIMENTOS ESPECIAIS DIETÉTICOS E PREPARADOS ALIMENTÍCIOS	984637-1025/2026	R$ 3.178.000,00	31/12/2026

Gestão/Unidade: Secretaria de Educação

Fonte de Recursos:

1573 - Royalties do petróleo 1708 - CFEM

1550 Transferência de Salário – QSE

1552 Transferências de Recursos – PNAE

1500 - Recursos não vinculados

Programa de Trabalho:

6114 - Manut. Ativ.Ensino Fundamental

6116 - Manut. Ativ.Ens.Infantil Pré

6117 - Manut. Ativ.Ens.Infantil Creche

6118 - Manut. Ativ. Educação Jovens e Adultos

6119 - Manut. Ativ. Educação Especial

Elemento de Despesa: Material de Consumo

Plano Interno: Gêneros de alimentação

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

5.1 Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

5.2 Sustentabilidade:
5.2.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
5.2.2 Os produtos devem ser de boa qualidade, garantindo que todos estejam acondicionados de forma adequada, preferencialmente em caixas de material biodegradável
5.2.3 Os produtos utilizados que seja conferida a destinação ambientalmente adequada nos recursos utilizados.

5.3 Indicação de marcas ou modelos
5.3.1 Não serão exigidas marcas ou modelos para a contratação.

5.4 Da vedação de utilização de marca/produto
5.4.1 Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

5.5 Da exigência de Amostra
5.5.1 Não será exigida a apresentação de amostra nessa contratação.

5.6 Da exigência de carta de solidariedade
5.6.1 Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

5.7 Subcontratação
5.7.1 Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

5.8 Garantia da contratação
5.8.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.9 Condições e especificações da garantia do produto (fabricante, garantia legal ou garantia convencional), da manutenção e da assistência técnica:

Não se aplica
5.10 Dos requisitos legais, de rotulagem e do prazo de validade
Os gêneros alimentícios objeto desta contratação deverão atender integralmente à legislação sanitária, de qualidade, segurança dos alimentos e demais normas aplicáveis ao fornecimento de alimentos destinados à alimentação escolar, especialmente às disposições da legislação vigente e às normas específicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
Rotulagem:
Os produtos industrializados deverão apresentar rotulagem em conformidade com a legislação vigente, observando-se, especialmente:
a) RDC nº 727/2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados;
b) RDC nº 429/2020 e Instrução Normativa nº 75/2020, da ANVISA, referentes à rotulagem nutricional dos alimentos embalados;
c) Lei nº 10.674/2003, que determina a obrigatoriedade de informação sobre a presença ou ausência de glúten nos alimentos comercializados;
d) Decreto-Lei nº 986/1969, no que couber, quanto às disposições relativas à identidade, qualidade, segurança e utilização de aditivos e corantes em alimentos.
As informações constantes nos rótulos deverão estar legíveis, indeléveis e em conformidade com a legislação vigente, contendo, quando aplicável, as informações obrigatórias relativas à identificação do produto,

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade, composição, informações nutricionais, condições de conservação e demais informações exigidas pela legislação.
Prazo de validade
Os gêneros alimentícios que possuam obrigatoriedade de determinação de prazo de validade deverão, na ocasião da entrega, apresentar prazo restante de validade igual ou superior à metade do período compreendido entre a data de fabricação e a data final de validade, em atendimento ao disposto na Lei nº 15.226/2025.
Ficam dispensados dessa exigência os alimentos adquiridos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural e de suas organizações, nos termos da legislação aplicável.
A Administração poderá recusar produtos que, no momento da entrega, não atendam aos requisitos de prazo de validade, rotulagem, integridade da embalagem, conservação ou demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Condições de Entrega

6.1.1 O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa parcelada de acordo com a necessidade da Secretaria.
6.1.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dois dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
6.1.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço conforme orientação constantes da Ordem de Fornecimento:

Endereço: Av. Queiroz Junior, nº 635 bairro praia Itabirito/MG

Horário das 08 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados e pontos facultativos.
Responsável: Hirce da Costa

6.1.4 Todos os produtos deverão estar acondicionados em embalagens adequadas, para que não danifiquem e provoquem lesões que afetem a sua aparência e utilização.
6.1.5 Quanto à entrega, as frutas, verduras e legumes deverão apresentarem-se no geral:
- Isentos de substâncias terrosas;
- Sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa;
- Sem parasitas, larvas ou outros animais, inclusive nas embalagens;
- Não estarem murchos, danificados, estragados, excessivamente maduros ou verdes ou qualquer outro dano que prejudique a segurança alimentar;
- Isentos de odor e sabor estranhos;
- Isentos de enfermidades.

6.1.6 Por ocasião do recebimento dos materiais, a Secretaria solicitante, por intermédio de funcionários designados, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações dos objetos licitados, obrigando-se a proponente vencedora a promover as devidas substituições.
6.1.7 Os produtos deverão ser entregues semanalmente, durante toda a vigência da ata.
6.1.8 O produto que for recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado do momento da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
6.1.9 O recebimento do produto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades.

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 Rotinas de Fiscalização
7.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e dos Decretos Municipais nº 14201, de 2022, e nº 14757, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
7.1.2 As atividades de gestão e fiscalização serão regulamentadas pelo disposto no Decreto Municipal nº 14.201, de 03 de fevereiro de 2022, e as disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no referido decreto.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

7.1.3 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
7.1.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.
7.1.5 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.2 Fiscal do Contrato
7.2.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
7.2.2 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do disposto nos artigos 22 e 25 do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.
7.2.3 O fiscal do contrato
7.2.4 registrará, em meio físico ou informatizado, as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 22, inc. II e III, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022)
7.2.5 O fiscal deverá abrir processo administrativo para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato. (art. 22, inc. IV, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022)
7.2.6 O fiscal deverá certificar que o preposto da empresa contratada está ciente das obrigações assumidas pela contratada. (art. 22, inc. VI, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022)
7.2.7 O fiscal do contrato verificará, durante toda execução do contrato, se a contratada mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação;
7.2.8 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
7.2.9 O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
7.2.10 O fiscal deverá comunicar, por escrito, ao gestor do contrato qualquer falta cometida pela contratada, formando dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar a aplicação de sanção ou à rescisão contratual, a ser juntado no processo administrativo.
7.2.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
7.2.12 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a necessidade de se realizar acréscimo ou supressões no objeto do contrato, com vista à economicidade e à eficiência na execução contratual, bem como quanto ao término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.3 Gestor do Contrato
7.3.1 Caberão ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato, bem como as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de contratação, conforme previsto no art. 17 do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.
7.3.2 Acompanhar a celebração dos contratos e termos aditivos, com a coleta das assinaturas, providenciando, posteriormente, a juntada dos comprovantes de publicação do extrato e encaminhamento da via ao Tribunal de Contas do Estado, quando for o caso;
7.3.3 O gestor deverá manter controle individualizado de cada contrato;
7.3.4 Compete ao gestor deflagrar os procedimentos de fiscalização ao adimplemento do objeto contratado a serem executados pelo fiscal do contrato.
7.3.5 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, mantendo um controle individualizado de cada contrato.
7.3.6 Caberá ao gestor do contrato acompanhar o empenho, o pagamento, disponibilidade orçamentária, as garantias, as glosas e a formalização do apostilamento e termo aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme

previsto no art. 17 do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.
7.3.7 O gestor do contrato deverá controlar os prazos de vencimentos dos contratos, comunicando, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência, à autoridade competente, a proximidade do término do prazo do contrato, instruído o processo, quando admitida a prorrogação, com os documentos constantes do inciso IX do art. 17, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.
7.3.8 Realizar pesquisa de mercado, quando for o caso, para analisa a vantajosidade da prorrogação e de aditivo, tendo por base o Projeto Básico ou o Termo de Referência relativo ao contrato em vigor.

7.3.9 O gestor do contrato deverá verificar e acompanhar a validade da garantia prestada no momento da assinatura, examinando, se for necessário, a possibilidade da sua substituição nos casos em que for permitido.
7.3.10 Compete ao gestor propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada nos prazos regulamentares;
7.3.11 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
7.3.12 O gestor do contrato anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
7.3.13 Comunicar à autoridade competente e aos setores de interesse os eventuais atrasos e os pedidos de prorrogação dos prazos de entrega e de execução do objeto;
7.3.14 Receber as notas fiscais atestadas pelos fiscais do contrato, adotando as providências cabíveis para liquidação e pagamento.
7.3.15 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
7.3.16 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (art. 17, incisos XXIII e XXIV, do Decreto Municipal nº 14.201/22)
7.3.17 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (art. 19 do Decreto Municipal nº 14.201/22).

7.3.18 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
7.3.19 Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Das Condições de Recebimento do Objeto
8.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

8.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02(dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
8.1.3 O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.
8.1.4 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
8.1.5 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
8.1.6 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
8.1.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
8.1.8 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
8.1.9 O recebimento provisório ou definitivo dos produtos pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078, de 1990.

8.2 Liquidação

8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 dias uteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do artigo 7°, § 3° da Instrução Normativa SEGES/ME n° 77/2022.
8.2.1.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a compatibilidade da natureza da operação
c) a data da emissão;
d) os dados do contrato e do órgão contratante;
e) o período respectivo de execução do contrato;
f) o valor a pagar; e
g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
h) emissão de declaração de Simples nacional para efeito de concessão de benefícios fiscais antes da emissão do documento fiscal (https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21).
8.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
8.2.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.2.5 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n° 03, de 26 de abril de 2018).

8.2.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
8.2.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
8.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
8.2.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3 Prazo de pagamento
8.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30(dias) corridos contados da finalização da liquidação da despesa, observadas a disponibilidade de caixa e fonte de recurso conforme seção anterior, nos termos da Instrução normativa SEGES/ME n° 77, de 2022.
8.3.2 Incidirá correção monetária sobre o débito vencido adotando o IPCA que é o índice oficial de inflação salvo em caso fortuito ou motivo de força maior que decorrerá publicação da postergação dos vencimentos na forma da Lei e comunicação ao Controle Interno da Instituição Pública bem como para o Tribunal de Contas do Estado.

8.4 Forma de pagamento
8.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
8.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
8.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
8.4.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
8.4.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar, no ato da entrega da documentação para liquidação à Secretaria Municipal de Fazenda.

8.5 Cessão de crédito

8.5.1 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME n° 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
8.5.2 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.
8.5.3 A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo
8.5.4 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.5.5 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de Julho de 2022 e anexo).

8.5.6 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

9.1.2 A proposta comercial deverá ser inserida no sistema eletrônico, em campo próprio e

conter minimamente as seguintes informações:

9.1.3 Descrição completa e detalhada dos itens propostos, incluindo marca e modelo ofertados;

9.1.4 Valor unitário dos itens e valor total para todo o período, incluídos as despesas tais como: impostos, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras que incidirem sobre o fornecimento;

9.1.5 Validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do instrumento convocatório.

9.1.6 Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com quatro casas decimais após a vírgula.

9.1.7 Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

9.1.8 O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

9.1.9 Os fornecedores deverão enviar, via sistema eletrônico, juntamente com a proposta comercial, ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto que identifique o produto ofertado e todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes as demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.1.10 A exigência destes documentos é meio legal de garantir que o produto ofertado pelo fornecedor atende integralmente o descritivo especificado pela Administração.

9.1.11 Serão desclassificadas, de acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas que:

9.1.12 Contiverem vícios insanáveis;

9.1.13 Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

9.1.14 Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

9.1.15 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.1.16 Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

9.2 Forma de Fornecimento

9.2.1 O fornecimento do objeto será parcelado

9.3 Exigências de Habilitação

9.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

I. Habilitação jurídica (art. 131, do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023).

9.3.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.3.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

9.3.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.3.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidação respectiva.

9.3.10 Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente, como foto, que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, do representante da empresa licitante e do procurador, se houver;

9.3.11 Procuração válida, se for o caso.

II. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.3.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CPF) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CNPJ), conforme o caso;

9.3.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.14 Prova de regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do licitante em dívida ativa (inciso III, do art. 132, do Decreto Municipal 14.754/2023).

9.3.15 Prova de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante, inclusive quando a débitos inscritos em dívida ativa (inciso IV, do art. 132, do Decreto Municipal 14.754/2023).

9.3.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n° 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

III. Qualificação Técnica

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

• A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento e serviços, a saber:
• Apresentar 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente, que comprovem que a empresa tenha comercializado e executado serviços compatíveis com o objeto licitado.
• Alvará Sanitário (Vigilância Sanitária) da empresa conforme Lei 13.317/99 Código de Saúde do Estado de Minas Gerais, artigo 80.

IV. Declarações – art. 135, do Decreto Municipal 14.754/2023
9.3.20 Será exigida do fornecedor, ainda, as seguintes declarações:

9.3.21 De que tende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório ou contratação direta, sob pena das sanções cabíveis;

9.3.22 De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.3.23 De que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

9.3.24 De que não possui em seu quadro de pessoal e societário servidor público do Poder Executivo Municipal nas funções de gerência ou administração, ou servidor do órgão ou entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.3.25 De que não há sanções vigentes que legalmente o proíbam de licitar e/ou contratar com o órgão ou entidade contratante.

10 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES (art. 42, XIV, do Decreto Municipal 14.754, 2023)
10.1 Do Contratante:
10.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
10.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
10.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
10.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
10.1.5 Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.
10.1.6 Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art.143 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.1.7 Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
10.1.8 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
10.1.9 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
10.1.10 Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
10.1.11 Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
10.1.12 Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

10.2 Do Contratado:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

10.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
10.2.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;
10.2.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.2.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
10.2.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;
10.2.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
10.2.7 Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
10.2.8 Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
10.2.9 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
10.2.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;
10.2.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
10.2.12 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
10.2.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
10.2.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
10.2.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
10.2.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.2.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
10.2.18 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
10.2.19 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
10.2.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
10.2.21 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
10.2.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

11 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 42, XV, do Decreto Municipal 14.754, 2023)

11.1 O Contratado que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei nº 14.133, de 2021, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções dispostas no seu art. 156, sendo observados ainda, quando couber, o disposto nos arts. 157 a 163 da mesma Lei.

11.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental ao processo de contratação ou ao processo de execução contratual que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

11.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.4 Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

11.5 A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

11.6 Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade do Contratado deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, observadas ainda as disposições contidas no art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021.

12 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O custo estimado total da contratação é de R$3.177.461,45 (Três milhões cento e setenta e sete mil quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos)

12.2 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

12.3 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Itabirito.

13.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Fonte de Recursos:
1550 Transferência de Salário - QSE 1552 Transferências de Recursos - PNAE 1500 - Recursos não vinculados
1708 – Transferência da União 1573 – Royalties do Petróleo
Programa de Trabalho: Manut. Ativ. Ensino Fundamental Manut. Ativ.Ens.Infantil Pré Manut. Ativ.Ens.Infantil Creche
Manut. Ativ. Educação Jovens e Adultos Manut. Ativ. Educação Especial Elemento de Despesa: Material de Consumo
Plano Interno: Gêneros de alimentação

Itabirito 22 de setembro de 2026

Raiana Ferreira Moura de Aguiar
Gestor do Contrato

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026

(Processo Administrativo n° 21789/2026)

ID CONTRATAÇÃO COMPRASGOV: nº 1025/2026

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, conforme modelo abaixo, à Diretoria de Licitações e Contratos, nos termos do Capítulo 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA (se aplicável)	VALOR GLOBAL DO LOTE
Lote 1	1	Cereais, Grãos e Farináceos		R$
Lote 2	1	Leites e Derivados		R$
Lote 3	1	Biscoitos, Panificação e Confeitaria		R$
Lote 4	1	Bebidas e Complementos Alimentares		R$
Lote 5	1	Mercearia Básica e Condimentos		R$
Lote 6	1	Fórmula Infantil e Leite em pó Integral		R$

Validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias.

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços unitários dos itens, total dos itens, por grupo (quando for o caso) e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos (quatro casas decimais).

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026

(Processo Administrativo n° 21789/2026)

ID CONTRATAÇÃO COMPRASGOV: nº 1025/2026

CONTRATO N°

ANEXO III – MINUTA TERMO DE CONTRATO

OBJETO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITABIRITO E CONTRATADA.

O **MUNICÍPIO DE ITABIRITO**, inscrito sob o CNPJ n° 18.307.835/0001-54, com sede na Avenida Queiroz Junior, nº 635, Praia, Itabirito/MG, CEP: 35.450-228 neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Sr. Iracema Ana D'Arc Pedrosa Mapa, consoante Decreto Municipal nº 16.029/2025 doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **.....**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na ....., telefone: ....., e-mail: ....., neste ato representada por ....., portador do CPF n° ....., tendo em vista o que consta no Processo Licitatório n°21.789/2026 e em observância às disposições da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021, e em observância às disposições da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico da Licitação n° 90.046/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de Gêneros Alimentícios em lotes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, respeitando a vigência máxima de 10(dez) anos, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos fornecidos ou dos serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Poderá ser concedido o reajuste do preço contratado, a requerimento do contratado e depois de transcorrido um ano da data da apresentação da proposta no certame licitatório, de acordo com o índice IPCA.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

7.2.1. O deferimento do reajuste acima descrito somente terá incidência no preço contratado a partir da data do protocolo do pedido de reajuste.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Conforme Termo de Referência

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Conforme Termo de Referência

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades previstos na legislação de proteção de dados pessoais vigente, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados, que os Dados Protegidos sejam utilizados na extensão autorizada pela legislação.

10.2. Havendo qualquer tipo de tratamento de dados pessoais pelas partes, entendendo-se por tratamento, a especificação contida na Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/18, se obrigam a fazê-lo para exclusivo cumprimento do presente instrumento e respeitando o alcance de respectivas autorizações e consentimentos e legítimo interesse.

10.3. O CONTRATANTE é exclusivamente responsável pela coleta dos dados pessoais das partes envolvidas, nos termos da legislação vigente e da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na condição de controlador dos dados, os quais deverão ser transferidos ao CONTRATADO para a execução do contrato, que realizará o tratamento dos dados na condição de operador.

10.3.1. O CONTRATANTE deve diligenciar o enquadramento das atividades das quais seja CONTROLADOR nas bases legais descritas na lei, inclusive coletando o consentimento dos titulares, caso seja necessário.

10.4. O eventual descumprimento de quaisquer deveres ou obrigações legais, contratuais, judiciais ou administrativos por uma das partes, não gera responsabilidade solidária ou subsidiária da outra parte, ficando somente a parte infratora, nos termos da lei, sujeita às sanções legais e contratuais pertinentes.

10.5. Qualquer incidente relacionado à proteção de dados pessoais, ao processamento de tais dados ou qualquer violação de segurança no âmbito das atividades do CONTRATANTE, deverá ser comunicado ao CONTRATADO no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da confirmação da ocorrência.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

10.6. O presente contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados do CONTRATADO ou dos seus empregados, clientes, fornecedores e parceiros para o CONTRATANTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO

11.1. As partes deverão atender às disposições contidas na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual durante todo o período contratual, conduzirá suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

11.2. As partes manterão sigilo absoluto sobre os dados, materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais de propriedade uma da outra, que tenham sido desenvolvidos durante sua vigência, ou que eventualmente tenham conhecimento em razão deste instrumento.

11.3. As partes se obrigam a não publicar, divulgar, colocar à disposição ou fazer uso sem autorização, por qualquer forma ou meio, direta ou indiretamente, das informações consideradas confidenciais nos termos do item 11.2, sob pena de incorrer em infração grave e dar justa causa à rescisão deste instrumento, respondendo legalmente por eventuais perdas e danos decorrentes da não observância desse item.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 3º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.3. A sanção de multa terá natureza moratória ou compensatória e poderá ser aplicada ao licitante ou contratado, isolada ou cumulativamente as demais sanções previstas no item 13.2, pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas citadas no item 13.1.

13.3.1. A multa moratória será aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, conforme art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.3.2. A multa compensatória será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecidas em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

instrumento convocatório ou contrato, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido.

13.3.3. A multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

13.4. A multa compensatória de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 2021, será de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

13.5. Será aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I - tumultuar a sessão pública da licitação;
II - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
III - deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;
IV - deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
V - deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
VI - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
VII - não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
VIII - não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;
IX - deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
X - manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
XI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
XII - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;
XIII - deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
XIV - deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
XVI - não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
XVII - subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

13.6. Será aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal será aplicada pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período de até dois anos.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacdf56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

II - dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período de até três anos.
III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período de até dois meses.
IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.
V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período de até seis meses.
VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:. Pena - impedimento pelo período de até um ano.

13.8. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena - até quatro anos.
II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena - até seis anos.
III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - até seis anos.
IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena - até cinco anos.
V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - até seis anos.

13.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.10. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.10.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

13.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.17. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.9. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.10.3. Indenizações e multas.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação - Prefeitura Municipal de Itabirito

14.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Fonte de Recursos:
1550 Transferência de Salário - QSE 1552
Transferências de Recursos - PNAE 1500 - Recursos não vinculados
1708 – Transferência da União 1573 – Royalties do Petróleo
Programa de Trabalho: Manut. Ativ. Ensino Fundamental Manut. Ativ.Ens.Infantil Pré Manut. Ativ.Ens.Infantil Creche
Manut. Ativ. Educação Jovens e Adultos Manut. Ativ. Educação Especial Elemento de Despesa: Material de Consumo
Plano Interno: Gêneros de alimentação

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação
Prefeitura Municipal de Itabirito

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itabirito para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
Iracema Ana D'Arc Pedrosa
CONTRATANTE

_____
CONTRATADO

_____
Raiana Ferreira Moura de Aguiar
GESTOR

_____
Hirce da Costa Fortes
FISCAL

_____
Larisse Maria Gonçalves Pedrosa
GESTOR SUPLENTE

_____
Fernanda Gomes
FISCAL SUPLENTE

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057

Comissão de Licitação
Prefeitura Municipal de Itabirito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026

(Processo Administrativo n° 21789/2026)

ID CONTRATAÇÃO COMPRASGOV: nº 1025/2026

ANEXO IV – DECRETO E INSTRUÇÕES NORMATIVAS PERTINENTES

Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1t7BxgsQ-hfXqE6jpWyurBVpp0pLhXhlc?usp=sharing

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/11/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/paacd56e02e057